

Mercio Gomes

*Os índios e o Brasil.
Como sobreviver
os próximos 500 anos*

Rio de Janeiro

2020

15 11 11 11
11 11 11 11

Introdução

O binômio índio e Brasil, parece, à primeira vista, incombinável e incompatível. A história de um e a história do outro estão claramente em relação inversa: na medida em que um cresce, o outro decresce. A realidade está tão impregnada de injustiça, de desleixo, de perseguições contra os índios que facilmente se chega à fatídica conclusão de que não há lugar no Brasil para eles. Não no Brasil de hoje; nem provavelmente no de amanhã.

Se o passado foi um calvário; um holocausto; para os índios, se não há presente digno para eles; que haverá de ser o seu futuro? Tal é a questão que se impõe aos que lutam por um país mais justo para o seu povo e especialmente para suas minorias étnicas.

A verdade; porém; é que o Brasil de hoje; em relação aos índios; não é pior do que o Brasil de 30 anos atrás e é até melhor do que o Brasil do século passado. Continua a existir um grande número de brasileiros que insiste em condenar os índios ao extermínio; considerando-os inviáveis como culturas humanas; e empeçilho ao desenvolvimento da civilização brasileira. Esses são os já seculares inimigos dos índios; eternamente ambicionando as terras indígenas; sempre adaptando suas práticas violentas e usurpadoras aos discursos racistas e antihumanistas do momento. Mas há um número razoável e crescente de brasileiros que tem a maior simpatia pelos índios; reconhecendo-os senhores originários dos seus territórios e a quem a nação como um todo tem um grande débito a resgatar.

Essa simpatia não é comiseração; como pensam alguns; mas o sinal de uma conscientização comprometida que vê nos índios parceiros e

aliados do potencial humano brasileiro. No resta dúvida de que o povo brasileiro conhece mais o índio agora do que há alguns anos atrás, e isso foi determinante para aumentar o seu nível de consciência política, ao ver na luta pela sobrevivência indígena uma luta paralela à sua pela ampliação dos seus direitos fundamentais de ser humano e cidadão de uma nação moderna.

Não foi por outra causa que o estado do Rio de Janeiro elegeu um índio, o cacique Xavante Mário Juruna, deputado federal em 1982. Jamais isso havia acontecido na história do Brasil, nem nunca acontecera em outros países americanos. Da mesma forma, a Constituição chamada "cidadã" pelo Dep. Ulysses Guimarães também foi firme e leal na afirmação dos direitos indígenas e de sua inserção na nacionalidade brasileira.

Morte e sobrevivência

Tal simpatia não é em vão por um motivo mais surpreendente ainda. É que os povos indígenas que sobreviveram o holocausto que foi a descoberta e a colonização das Américas, e do Brasil em particular, hoje estão crescendo em população e afirmando seu desejo de permanecer com sua face indígena dentro da nação brasileira. Em 1500 havia cerca de cinco milhões de índios no atual território brasileiro. Um povo em particular, os Tupinambá, subdivididos em dezenas de aldeias confederadas e inimigas umas das outras, com nomes diversos, como Tupiniquim, Tamoió, Tabajára, Maracajá, Caeté, etc. Somavam talvez um milhão e viviam da bacia do Paraguai até a foz do Amazonas. Deles adquirimos os principais conhecimentos que temos sobre agricultura, rios e florestas, bem como sobre lendas e costumes que fazem parte da nossa cultura. Tanto outros povos e tão variados cultural e lingüisticamente haviam no Brasil que se calcula em mais de 1.500 os povos indígenas. Uma verdadeira Torre de Babel vivia no território brasileiro, produto de milhares de anos de evolução e adaptação às variações ecológicas que aqui existem, ou existiam. Em nenhum outro lugar do mundo havia tanta diversidade.

A colonização que os portugueses aqui implantaram destruiu esse cabedal humano, seja pela morte matada a ferro e fogo, seja pela

morte morrida pelas doenças antes desconhecidas dos índios, seja pela imposição de costumes, regras, religião. No final da colonização calcula-se em cerca de 600.000 os índios que haviam sobrevivido. No final do Império havia talvez 300.000. Em 1955, não chegavam a 120.000 índios. Mas hoje os índios somam cerca de 280.000, o que significa que mais que duplicaram sua população nos últimos 30 anos. Este é o fato mais significativo da história das relações interétnicas no Brasil desde a Cabanagem, para o que o Estado está mal preparado e a nação mal se dá conta.

Assim, quando se vê um índio reclamando de alguma coisa não quer dizer que ele seja um pobre coitado de quem se deve ter pena. Ao contrário deve-se sentir o seu drama de povo que sofreu e continua a sofrer, incriveis humilhações, mas que hoje não tem medo de exigir os seus direitos, seu lugar ao sol. Deve-se ver a força interna de sua cultura se fazendo presente, desafiando preconceitos e querendo um diálogo equilibrado com a maioria da população que o vinha oprimindo por tanto tempo.

Ser índio hoje em dia no Brasil, e de resto ser povo indígena vivendo em tradições igualitaristas, sem o poder dominador do estado, nos demais países onde sobreviveram, é uma opção político-cultural que transcende os limites de uma cultura específica. É manter sua própria identidade, sem dúvida, mas é também lançar um desafio para os países em cujos territórios vivem esses povos, é uma tarefa de arquitetura política para a comunidade das Nações Unidas, e é uma bênção para a humanidade ao saber que afinal tantos povos sobreviveram e poderão contribuir com suas formas de ser para a permanência e o bem estar do *Homo Sapiens* na Terra.

Formações socio-culturais

Os povos indígenas são conhecidos como uma totalidade populacional mais, ou menos, colocada à parte do resto da nação. São reconhecidos individualmente por suas características físicas, seu fenotipo asiático, o que, às vezes, os confunde com os japoneses ou chineses. É exemplar o caso de um líder indígena Terena que passou boa parte de sua vida urbana sendo chamado de "china". Por outro lado, muitos brasileiros que se parecem com o que se supõe ser índio, pelas maçãs

do rosto salientês, olhos rasgados, ou cabelô preto, liso e grosso, são apelidados de "índio", fazendo jus, desta maneira à sua obvia ascendência indígena.

Essa noção genérica do ser índio faz parte da classificação que o brasileiro, ou qualquer outro povo, faz daquilo que lhe parece diferente. Os índios, por sua vez, também classificam o não-índio como o "branco", o "civilizado", o "cristão", ou antigamente, o "português".

A classificação e o reconhecimento que a Antropologia faz dos índios se baseiam em critérios predominantemente socioculturais, como a unidade política que os define, a língua que falam, o tipo de sociedade, o modo de produção que praticam, o tamanho populacional, a religião e crenças que professam.

Desses critérios o mais prevalente é o da unidade política, que, em si, é o que os nomeia e os define. Assim, quando se fala em índios Xavante, compreende-se um conjunto populacional que pratica uma vida em comum e que se constitui um povo com características e interesses próprios e com uma forma de organização política que os agrega, por sentimento de lealdade e de ordenação, em uma unidade política. Subentende-se, em seguida, que esse povo fala uma mesma língua e tem uma cultura própria. Mas nem todos esses critérios estão presentes em cada unidade política, como veremos. No conceito popular, a identificação torna-se bastante confusa. Muita gente se surpreende quando descobre que não existe uma "língua indígena" genérica, ou pensa que o tupi é a língua dos índios.

A identidade é um vir a ser

O ser político Xavante, por exemplo, que fala a língua xavante, que pensa "xavante", e que vive num território comum, consuetudinário (mesmo que seja dividido em áreas separadas), é um fato social indisputável, mas é também um fato histórico. Isto é, ele existe por circunstâncias que se deram numa trajetória e um tempo, ele se constituiu. Com efeito, os Xavante que, na década de 40, viviam num território indevassado da região do Rio das Mortes, lá chegaram vindo do Sul do Maranhão e Piauí, nos fins do século XVIII. Na sua migração pelos cerrados goianenses ficaram algumas aldeias ao norte, às quais, pouco a pouco, no espaço de apenas um século e meio, se constituíram em

outro povo, conhecido pelo nome de Xerente. Hoje estes vivem em uma área ao norte de Goiás; falam uma língua próxima mas não mutuamente inteligível com a língua xavante (embora fosse a mesma anteriormente) e têm uma cultura com características assemelhadas à dos Xavante, mas já com mudanças que lhes conferem singularidade e diferenciação. Assim, não se pode pensar que o índio, um povo indígena, é hoje o que foi a cem anos, a mil anos. Pode ser, mas também pode ter se transformado, ter se desmembrado de uma unidade político-cultural mater para daí encontrar seu próprio e novo caminho e jeito de ser.

Caso 1

Unidade política = uma mesma cultura

A unidade política que constitui um povo pode ser um grupo de aldeias que partilham da mesma cultura, têm relações matrimoniais mútuas, embora mantenham autonomia política e econômica; como no caso dos índios Guajajara, Kaapor, Guajá, Mundurucu, Bororo, os próprios Xavante e outros mais. Pode ser um grupo de aldeias com essas mesmas características, mas que mantêm um alto nível de animosidade mútua, como era o caso dos Tupinambá, e como são agora os Yanomami. Nesses casos, onde está a unidade? Está na auto-identificação que fazem de si e está no caráter de compartilhar uma mesma cultura, uma mesma língua.

Caso 2

Unidade política = uma aldeia autônoma

Ha unidades políticas que se constituem por uma única aldeia, isto é, por um único grupo sociopolítico econômico, mesmo quando partilha com outras aldeias de uma mesma cultura, uma mesma língua e um mesmo sentimento de humanidade. É o caso de vários povos genericamente chamados de Timbira, mas que se autonomizam separadamente em unidades políticas autônomas, como Canela-Ramkokanketa, Krikati, Gavião-Pukobye, Timbira-Krepumkatege, Krahô, Gavião-Parkateye, entre os sobreviventes atuais. A história que cada um desses povos conta de si mesmo coincide no ponto de gênese único para todos,

é, posteriormente, no trajeto de seu divisionamento. E para quase todos os outros aspectos culturais, como a língua, a estrutura social, a mitologia, a religião, o modo de produção e a visão de mundo, não parece haver diferenças substanciais, pelo menos que justifiquem uma separação política tão formal. Na verdade, em várias ocasiões, alguns desses povos já se fundiram entre si, especialmente depois que a sua sobrevivência social se tornou inviável pela queda populacional ou pela expulsão de suas terras. Existem entre os Ramkokamekra, por exemplo, descendentes de sobreviventes Kenkateye, e entre os Gaviões-Pukobye, descendentes dos Kokamekra, que ainda hoje são apontados como tais, mas que obviamente são culturalmente e até politicamente Ramkokamekra ou Pukobye. Quer dizer, o são em termos, pois quando surge uma desavença que os envolve, esse passado histórico é logo trazido à tona, como sinal de reprobou ou de desconfiança.

Caso 3:

A unidade político-cultural Xinguana

No final do século passado o cientista alemão von Stein, em expedição que fazia pelos formadores do rio Xingu, deparou-se com um caso maravilhoso de convivência harmoniosa entre povos indígenas. Diversos povos indígenas com línguas e costumes originalmente diferentes viviam num permanente estado de paz. Embora esta situação tenha se modificado um pouco nesses últimos cem anos, pela extinção de alguns desses povos, hoje continuam a formar essa originalíssima "Liga de Nações" cerca de treze a quatorze povos indígenas. São eles: Kamayurá, Aweti, Yawalapiti, Kuikuro, Mehinaku, Kalapalo, Matipu-Nahukya, Waurá, Trumai, dentre os grupos originais, e mais, os que vieram morar no Parque Nacional do Xingu e hoje fazem parte desse relacionamento político-cultural, os Suyá, os Txukarramãe, os Txikão, os Kren-akarore e ainda os Kayabi.

Quase todos os grandes grupos lingüísticos e culturais que vivem em outras partes do Brasil estão aqui representados, compondo um verdadeiro mosaico de culturas específicas. Só que nesta unidade político-cultural Xinguana houve o de um padrão cultural altamente homogêneo, tanto nos aspectos materiais quanto nos espirituais. Elaboraram para si um mesmo mito de origem, partilham de um mesmo

modo de produção, têm rituais comuns de confraternização. Mas cada aldeia continua a se constituir um povo só, uma unidade política específica. Ademais, não existe nenhum mecanismo social que abra espaço para uma liderança de uma aldeia sobre as outras.

Neste caso, como de resto entre todos os povos indígenas atuais, não existe hegemonia política permanente entre povos indígenas nem tampouco estruturas sociais que dividam os seus membros por critérios de diferenciação econômica e poder político. Isto é, não existem classes sociais entre os índios do Brasil.

Economia e ecologia

No poderia ser de outra forma, já que a grande maioria desses povos pratica um modo de produção baseado numa agricultura simples, caracterizada pela derrubada da mata, a queima das árvores já secas, o plantio de sementes ou maniva, adubado apenas com as cinzas da queimada, e a colheita manual, após o que o terreno só é aproveitado um ou dois anos mais, sendo então abandonado para se reconstituir em capoeira ou mata secundária. Se deixado assim por períodos de 30 ou mais anos a capoeira vira mata primária novamente, com toda a pujança original, recompondo, inclusive, a qualidade do solo.

Esse fato, analisado e testado experimentalmente por pesquisadores e ecologistas em diversas partes da Amazônia, demonstra como o modo de produção indígena foi capaz de se perpetuar durante pelo menos dez milênios sem afetar, substancialmente, a ecologia amazônica. Por esse método os índios produzem o suficiente para se reproduzir demograficamente, crescendo conforme suas possibilidades de expansão e migração, e reproduzir suas culturas milenares, sofrendo modificações, acréscimos ou mesmo perdas, de acordo com as circunstâncias históricas que se formam ao seu redor.

Acrescente-se a essa agricultura, chamada comumente de "agricultura de coivara", as práticas da caça e da pesca e a coleta de frutos e raízes silvestres. Em todos os casos, os índios nos transmitiram uma boa parte do seu acervo de conhecimento classificatório da fauna e da flora brasileiras, e ainda resta muita coisa a mais que eles nos podem ensinar, a nós, como cultura, e a nossos cientistas, como pesquisadores.

A domesticação de animais se restringiu à captura de filhotes

selvagens, que vinham a ser criados e tratados como animais de estimação, como *xerimbabos*, como chamavam os Tupirambá. (Esse hábito, aliás, calou fundo na cultura brasileira, para o desgosto e a incompreensão dos ecologistas atuais.) Todos os povos indígenas criam *xerimbabos*, os quais jamais podem ser maltratados nem comidos, nem mesmo em situação de escassez alimentar, assim como, entre nós, no se comê o cão, o gato, o cavalo ou o papagaio, pelo menos quem os cria.

Alguns povos valorizam a caça em especial, outros apenas o pescado. A lógica que dirige essas valorizações é, em geral, de ordem ecológica, mas também tem um componente de escolha cultural que é indescifrável e imprevisível. Assim, por exemplo, os índios Xinguanos valorizam sobretudo a pesca, e os rios que banham seu território são bastante piscosos. Na caça comem apenas algumas aves, como o mutum e o jacu, e algumas espécies de macaço, mas rejeitam os animais terrestres, como a anta, o veado, a queixada, a paca, etc. Por outro lado, esses mesmos animais representam o que há de mais desejável e saboroso para outros povos, seus vizinhos, como os Txukarramãe, os Suyá e centenas de outros mais. Muitos povos indígenas rejeitam comer capivara e tamandú mas chegam a comer rãs e certas espécies de cobra. Os Nambiquara, em especial, adoram torrar e comer gafanhotos e certos tipos de formigas. Os Canela se envergonham diante da gozação que lhes fazem os Guajajara, mas no deixam de comer morcego, quando podem. Por sua vez, mangam dos Guajajara por estes comerem "sapos":

Os últimos caçadores e coletores.

Dois ou três povos indígenas nem sequer praticam agricultura, vivendo exclusivamente da caça e da coleta, como se estivessem na "Idade da Pedra". Mas na verdade não estão. Foram, em épocas anteriores, agricultores comuns que, pressionados pelas migrações de outros povos e até pelos antigos colonizadores, deixaram de fazer roças e passaram a viver exclusivamente do produto da caça e da coleta de bens da floresta. Adaptaram-se a um novo modo de vida, criaram uma nova cultura, rica e preciosa, com profundidade de conhecimento do seu meio ambiente:

São os Guajá, que vivem nos rios Turiaçu, Gurupi e Pindaré, no estado do Maranhão, e os Avá-Caroeiros, moradores do alto Tocantins,

em Goiás: Havia ainda os Xetá, que viviam no oeste paranaense e se extinguiram alguns anos depois do contato no início na década de 60.

No caso dos Guajá e Avá-Canoeiro, a ausência de agricultura não é um impedimento à sobrevivência étnica. Ser nômade não significa viver de uma forma desorganizada e se movimentando aleatoriamente à cata de comida. Ao contrário, a mudança de um local para outro é feita de acordo com o conhecimento da exaustão temporária de recursos de um local e a presença desses recursos em outro. O conhecimento detalhado das riquezas existentes em determinadas áreas é imprescindível para a sobrevivência desses povos. Para cada grupo de caçadores e suas famílias há um território específico que outro grupo qualquer não deve violar sem o consentimento de seu dono. Daí se criam rivalidades que podem resultar em brigas e mortes, ou em acordos de paz e fusão de grupos. Mas sempre permanece uma forma de relacionamento entre grupos, porque, afinal, é em outros grupos que jovens buscam esposas.

Internamente reinam a paz e a ajuda mútua entre os membros de um grupo. Tais são as regras de cooperação que ao caçador que mata sua caça e proibido comer dela. Ele só pode comer da caça que outro tenha matado. Assim, dar a outrem é fundamental para que se possa receber quando se precisa. É o princípio básico para uma sociedade igualitária.

População

No passado havia povos indígenas com grandes populações. Os Tupinambá chegaram à casa de um milhão de pessoas, embora suas aldeias não ultrapassassem 1.000 ou 1.200 pessoas. Outros povos, como os Tapajós e os antigos Kayapó tinham aldeias bem maiores, de até 3.000 pessoas. Os Pareci e os Bororo, de Mato Grosso, formavam contingentes de algumas dezenas de milhares. Outros povos já eram pouco numerosos mesmo antes da colonização, vivendo em sua maioria em pequenas aldeias autônomas mais ou menos como vivem muitos dos povos da atualidade.

Os povos indígenas atuais com as maiores populações são os Makuxi, dos campos de Roraima, e os Tikuna, do Alto rio Solimões, que somam mais de 20.000, os Yanomami, da fronteira de Roraima com a Venezuela, que perfazem um total de mais de 15.000 pessoas; os Tukano, Kaingang, Guarani, Guajajara, Terena, todos com mais de 7.000 indivíduos.

Exceto os Yanomami, que passam por extremas dificuldades por causa da invasão perpetrada por garimpeiros em seu território, que lhes trouxeram todos os tipos de doenças, esses povos e outros mais, como os Xavante, os Kayapó, os Muriduruku, esto em franco crescimento demográfico.

Viver é perigoso

É de se esperar que para esses casos não venha haver mais queda populacional. Mas nada pode ser garantido. Na história das relações interétnicas no Brasil houve ocasiões que populações indígenas chegaram a crescer bastante, como no Baixo Amazonas, no início do Século XIX, só para serem destruídas pela Guerra da Cabanagem (1835-40).

Há ainda os casos de povos indígenas cujas estabilidades demográficas são ainda muito precárias. Povos como os Guajá, os Uruweuauau, os Poturu, cujo contato com a FUNAI, com as missões religiosas ou com as frentes de expansão econômica mata velhos, jovens e crianças com doenças tão simples como a gripe. Povos como os Guarani, de Mato Grosso, cujas aldeias estão praticamente encurraladas pela expansão das cidades, e seus jovens, vivendo sem perspectivas de manter um padrão digno de ser índio, e ao mesmo tempo sendo rejeitados pelos brasileiros das cidades, preferem antes se matar do que viver tal vida. Povos como os Krenak, do vale do Rio Doce, em Minas Gerais, os Kiriri, de Mirandela, na Bahia, e tantos mais que vivem no Nordeste e no Sul do país já em condições sócioeconômicas semelhantes às dos vizinhos pobres brasileiros, cujas terras mal suportam uma vida camponesa e mesmo assim estão constantemente ameaçados de invasão por parte de fazendeiros ou lavradores sem terra. Povos como os Tuxá, que viviam num bairro em Rodelas, pequena cidade do Médio rio São Francisco, e tinham sua área de plantação numa ilha em frente à cidade, que tiveram tudo inundado pela Hidrelétrica de Itaparica, tendo sido transferidos para outro local para tentar refazer suas vidas.

Os projetos econômicos

Historicamente o crescimento, o desenvolvimento e a expansão do Brasil foi feito sobre as terras indígenas. Continua a ser assim em nossos dias. Hoje essa exploração recebe o nome de "projetos", que vão desde aqueles de assentamento de lavradores sem terra, como em Rondônia; aos incentivos fiscais para criadores de gado, como em Mato Grosso, Pará, e agora até no Acre, até os ditos projetos industriais, como aqueles de construção de hidrelétricas, de exploração de minerais ou de madeira.

O primeiro grande projeto dos últimos vinte anos que afetou os índios de uma forma catastrófica foi a Transamazônica. Ao passar pela terras dos Parakanã as equipas de construção entraram em contato forçado com grupos de índios Parakanã e lhes transmitiram diversas doenças, inclusive até doenças venéreas. Depois os Parakanã foram transferidos para outra área, de onde, em razão da inundação provocada pela construção da hidrelétrica de Tucuruí, novamente foram levados a outra parte. Já os índios Assurini, da mesma região, ficaram tão confusos que durante uma dezena de anos deixaram de ter filhos, sendo que as mulheres que engravidavam provocavam o aborto.

Outro projeto de grandes proporções foi chamado Grande Carajás, que atingiu todo o sul do Pará, norte do atual estado do Tocantins e oeste do Maranhão. Atingiu também diversos povos indígenas, entre eles os Xikrin, os Gavião-Parkateye, os Suruí, os Guajajara e os Guajá. A estrada de ferro Carajás, ligando a mina de Carajás ao porto de Itaqui, em São Luís, atravessou o território dos Gavião e dos Guajá. Os Gavião receberam uma indenização em dinheiro, que hoje está aplicada em caderneta de poupança e lhes rende juros. Mas os Guajá, por ser um povo indígena que ainda não mantém contato permanente com a sociedade brasileira e portanto ser menos visível pela opinião pública, não receberam nada; ao contrário, o grupo que vivia na área cortada pela estrada de ferro perdeu seu território e foi transferido para outra região.

O projeto Pólo Noroeste é outro que trouxe a ruína de muitos povos indígenas que lá viviam. A começar pelos índios Nambiquára, um dos povos de cultura material mais simples e ao mesmo tempo mais sofisticados em sua forma de viver, que perderam vidas e terras pela sanha de invasores e mineradores com a abertura da estrada Cuiabá-Botão Alegre. Os Zoró e Suruí, povos que mal começavam a manter um relacionamento permanente com a sociedade brasileira, cujas terras

foram invadidas por fazendeiros e posseiros e depois por madeireiros, que os incitam a vender madeira na ilusão de que estão obtendo bons dividendos.

As terras indígenas também são ameaçadas pelos projetos hidrelétricos que a Eletrobrás planeja construir até o ano 2010. Tal plano configura um conjunto de mais de 100 barragens em áreas da Amazônia brasileira, muitas das quais atingiriam diretamente os territórios indígenas. Desse plano já foram concluídas diversas barragens, sendo as mais famosas, Tucuruí, Balbina e Samuel, três grandes exemplos do que não devia jamais ter sido feito. Isso não só porque atingiram terras indígenas, mas porque provocaram tais mudanças ecológicas, tal desperdício de terras e árvores, que jamais haverá retorno econômico, nem tampouco social pelo investimento feito. Mas a sensação não é um dos pontos fortes da economia brasileira.

A sedução do dinheiro

Nas terras de muitos povos indígenas há riquezas comerciáveis de grande importância, com destaque para minérios e madeira. Ser induzido a vender madeira para obter um dinheiro que, relativamente, parece bastante alto é uma realidade de que poucos escapam. Atualmente vendem madeira de suas terras os índios Kayapó, que são os mais bem sucedidos, os Guajajara, os Cinta Larga e outros mais.

Na reserva dos Kayapó-Gorotire há também ouro de aluvião que é explorado por garimpeiros. O resultado a curto prazo tem sido o enriquecimento de alguns líderes indígenas e uma certa dependência da sociedade Kayapó por bens industrializados, como televisão, geladeira, rádios, etc. Mas há um alto preço que estão pagando, a começar pela poluição de mercúrio do rio que abastece a aldeia.

Além desses casos mais conhecidos, inclusive dos Yanomami, há ouro, cassiterita, e outros minerais preciosos em diversas outras áreas indígenas na Amazônia. A empresa Paranapanema, uma das grandes produtoras de cassiterita do mundo, explora diversas minas em áreas vizinhas à reserva dos Waimiri-Atroari e lança um olhar gordo em cima dessa rica reserva. Nos territórios dos Sateré-Maué e dos Mundurucu há indícios de petróleo e gás que a Petrobrás e outras empresas de risco vêm pesquisando há algum tempo.

E madeira há em toda parte onde há uma reserva indígena demarcada ou a ser demarcada.

A FUNAI

A FUNAI é o órgão oficial encarregado de intermediar as relações entre o Estado e a sociedade brasileiros e os povos indígenas. Foi criada durante o governo militar para substituir o antigo Serviço de Proteção aos Índios, criado em 1910 pelo Marechal Rondon. Seu propósito era "integrar os índios na comunidade nacional", uma concepção autoritária que praticamente queria dizer transformar os índios em não-índios. Durante o período militar e até em anos recentes, a FUNAI serviu para aquiescer os interesses de expansão econômica na Amazônia. Ela permitiu, por exemplo, que as rodovias Transamazônica, BR-368, BR-220 e tantas outras atravessassem territórios indígenas sem delongas, só para depois correr atrás dos resultados nefastos.

A FUNAI sobretudo não cumpriu o seu desígnio mais fundamental, que era a demarcação de todas as terras indígenas até o ano de 1978. Hoje periga ela não cumprir a mesma tarefa, desta vez ordenada, pela Constituição brasileira de 1988, que dá o prazo dessa demarcação para outubro de 1993, ou seja, cinco anos após a sua promulgação.

Até agora foram demarcadas cerca de 240 áreas indígenas, ou 40% do total. Como demarcar tantas áreas que restam em um ano? Só por uma determinação política muito forte e com apoio de toda a sociedade brasileira é que isto tem alguma chance de se concretizar.

De todo modo, a FUNAI é formada de pessoas das mais diferentes estirpes, produto de autoritarismo e do contra-autoritarismo, do idealismo brasileiro e também de nosso cinismo. O que há de excepcional na natureza desse quadro de pessoal é que a sua clientela não pára mais de buscar seus direitos, de exigir soluções. Manter a FUNAI do jeito que anda é impossível. A mediocridade, no caso, é inaceitável, porque só resulta em ineficácia.

O futuro dos índios

O crescimento demográfico dos povos indígenas é o maior acontecimento histórico de caráter positivo que já aconteceu nas relações interétnicas brasileiras. É o augúrio, quem sabe, de novos tempos. O que acontece aqui no Brasil também está acontecendo em outras partes do mundo; na África, na Austrália, nas Américas como um todo. Até na Europa, e lá de uma forma não tanto desejada. É o renascimento dos povos que, à revelia da expansão hegemônica européia, teimaram em manter sua cara física e sua identidade cultural, e hoje encontram um terreno mais benfazejo para continuar a ser o que são.

O fenômeno da sobrevivência dos povos indígenas que habitam o Brasil, portanto, transcende os limites das nossas ações, positivas ou negativas. É um fenômeno universal. Mas não devemos nos esquecer das contribuições, também positivas ou negativas, que nós brasileiros damos e temos a dar nessa história.

Os negativos são bastante óbvios. Não se deve jamais minimizar o primado da influência econômica sobre a questão indígena. Talvez a sorte dos índios esteja nas mãos mais dos capitães do capitalismo e suas instituições, da mineração, da indústria da madeira e dos empreendimentos agropastoriles, do que sob as rédeas da política, da religião, dos militares ou da sociedade civil. Porém é a luta, o confronto de forças e o diálogo de idéias que se desencadeiam no conjunto desses segmentos da sociedade humana que dão significado, sentido e rumo ao primado econômico.

Apostemos, pois, nesse diálogo-luta, e no conhecimento que dele podemos captar para favorecer a sobrevivência dos povos indígenas no Brasil.